



*Para mesa ficar **COMPLETOOONA**,
é Pamplona.*



Relatório Anual 2021





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOOONA,
é Pamplona.*



Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	22
DIRETORIA EXECUTIVA	22
CONTADOR	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
BALANÇO SOCIAL ANUAL/2021	25
UNIDADES	26



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é **Pamplona**.



Relatório da Administração 2021

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes. Esses documentos fazem referência ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Pamplona Alimentos S.A. de crescimento constituem meras previsões. Tais situações podem ser alteradas por conta de mudanças no mercado ou no desempenho econômico do país ou do setor. O ano de 2021, marcado por desafios, exigiu da Companhia resiliência e capacidade de superação, mostrando assim seu potencial. As incertezas por conta da pandemia continuaram, entretanto, com a consolidação das medidas de enfrentamento implementadas, foi possível superá-las sem impactos significativos, através do acompanhamento constante do Comitê de Gestão de Crise. O excesso de oferta, no segundo semestre, impactou fortemente o nível de preços das carnes suínas no mercado, conjuminado com a crescente escalada dos preços, ao longo do ano, das principais *commodities* (milho e soja), ocasionaram redução da margem bruta. A Pamplona Alimentos S.A. detém a capacidade de flexibilizar parte da destinação da sua produção de cortes de suínos, a fim de adaptar-se as melhores oportunidades considerando preços e margens dos principais mercados externos. Assim, em 2021, a Companhia buscou aumentar os volumes de venda para outros países, encerrando o exercício com resultados satisfatórios. Diante das adversidades, foi necessário intensificar a política de redução de custos e a eficiência operacional, traduzidas tanto na compra antecipada de milho e soja quanto na otimização do custo das rações a partir de estudos de novas formulações. No mesmo sentido, houve a migração de outras unidades consumidoras de energia para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), que vem permitindo menos influência da alta dos preços do mercado cativo nos custos operacionais, além de outras inovações na agropecuária, na indústria, e com o lançamento de novos produtos processados. A Pamplona Alimentos S.A. mantém, predominantemente, modelo de negócios integrado e verticalizado, que contempla o fomento, passando por abate, desossa, industrialização e logística, atendendo os principais mercados consumidores do Brasil e do exterior. Atenta as tendências e aos anseios dos consumidores, a Companhia tem buscado elaborar produtos práticos, fatiados e porcionados. A apresentação dos produtos em porções menores e para consumo no lar consolida a estratégia bem-sucedida de ampliar a participação de produtos com maior valor agregado, que atingiram 41,4% da Receita Operacional Bruta (ROB) (ante 36,5%), com crescimento físico de 11,1%. O exercício foi marcado pela implementação dos resultados da pesquisa de arquitetura de marca, realizada para desenhar uma nova linguagem, visando o consumidor final e gerando dados para a construção da estratégia de *branding* direcionada ao médio e longo prazo para a Pamplona Alimentos S.A.. A Companhia quer ser reconhecida como especialista em carne suína - o que já está evidenciado em seus produtos pela seleção e o cuidado com as matérias-primas, com as características de cada corte, qualidade no manuseio, sabor, versatilidade de seus produtos e a segurança do consumo. Os movimentos envolveram estudos para mudanças de embalagens; aproximação com personalidade em gastronomia para lançamento de produtos focados em seu *core business*. Esta estratégia está gerando reconhecimento para a marca Pamplona, pois está na mente dos seus principais clientes, e figurou entre as mais lembradas na Grande São Paulo e no Sul do Brasil em estudo divulgado pela revista SA Varejo em 2021, ocupando respectivamente o quarto lugar e segundo lugar entre as marcas de corte de carne suína embalada. Outro reconhecimento importante foi ser listada no ranking da revista Forbes, classificada como a 89ª empresa do Agronegócio Brasileiro. No mercado interno, apesar da elevação dos custos da produção, foi possível obter ganhos em volume, uma vez que o aumento do consumo *per capita* de carne suína no Brasil, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), que tem a expectativa de chegar muito próximo da marca histórica de 18 quilos em 2021. Este cenário beneficiou a Companhia, que registrou aumento de vendas de 10,5% em volume e 31,4% em faturamento. Utilizando da sua experiência deu continuidade à estratégia de ampliar a oferta e as vendas de produtos processados (porcionados e fatiados) onde cresceu, em faturamento, 28%. Já no mercado externo, o volume manteve-se em linha com o do ano anterior, entretanto, o faturamento (em US\$) foi menor em 7,7%, devido à queda dos preços da carne suína destinada ao mercado Chinês - reflexo da recuperação do país, afetado até o fim de 2020 pelo surto de Peste Suína Africana (PSA). As operações de logística - expedição, transporte e faturamento estão sendo integradas aos novos Padrões de Operação (POs), com a implantação de um sistema que mostra localização do veículo, ocorrências no percurso, *status* e tempo de entrega, entre outros dados buscando reduzir reentregas e



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Relatório da Administração 2021

devoluções. No setor agropecuário os principais destaques do ano foram: Recorde de produção dos suínos próprios: 1.051mil (crescimento de 6,4%), representando 66% do abate total de suínos; Publicação da Política de Bem-Estar Animal onde, entre outros, aponta o atendimento de 81% das normas referentes à utilização de baias coletivas na fase de gestação. Os investimentos em 2021, alinhados com a estratégia, foram realizados na unidade de Rio do Sul para a ampliação da área de processados (R\$ 30 milhões); na unidade de Presidente Getúlio, para a atualização tecnológica do parque fabril (R\$ 35 milhões), no setor agropecuário para o desenvolvimento de novas linhas genéticas, uma nova unidade GRSC na fase de crescimento e terminação e aumento da capacidade de estocagem de grãos (R\$ 22 milhões), entre outros. Com mercado consolidado em carnes bovinas, especialmente no varejo, a Pamplona Alimentos S.A., visando aumentar sua participação iniciou as operações em uma nova unidade de abate e desossa em Caçador (SC), para atender o mercado regional com cortes específicos e ampliar a oferta de carcaças resfriadas das linhas Pamplona Premium, Grill e Campeiro. Em relação a transformação digital, focou em projetos de digitalização de processos, com a automatização de atividades; o aumento da coleta, consolidação e análise dos dados das granjas através do Projeto PecSmart, em parceria com a Softex, que foi classificado em 4º lugar pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; a implantação do projeto de gestão da qualidade e processos de produção através do *software* WayV. Além disso, disponibilizou novos meios de pagamento para os clientes (Pix); desenvolveu um piloto de vendas por canais digitais; criou um grupo de inovação em Finanças e TI; finalizou a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), elevando o nível de maturidade relativo ao tratamento de dados e privacidade. Sobre as ações voltadas ao desenvolvimento do ESG, um marco importante para a organização foi a reestruturação do seu Sistema de Gestão Ambiental, reafirmando sua Política Ambiental e transparecendo assim seus compromissos com a sociedade, destacando trabalhos promovidos em conjunto com produtores e com a Iniciativa Pública como por exemplo: Gincana granja de ouro; apoio ao Concurso Fotográfico Municipal; e, parceria no Projeto Puma da Polícia Militar Ambiental. Na área social destaca-se o recebimento do Certificado do Prêmio de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Já a estrutura de Governança segue em constante atualização com os trabalhos de avaliação e mitigação de riscos e a construção de um "Manual de *Compliance*" que deve ser publicado em 2022. Com todos estes fatores a Companhia encerrou o ano de 2021 com a ROB de R\$ 2,2 bilhões (ante R\$ 1,9 bilhão), 13,1% superior. O EBITDA ajustado foi de R\$ 126,4 milhões (margem de 6,5%), ante os R\$ 369 milhões (margem de 21,2%). O Lucro Líquido somou R\$ 81,2 milhões (margem de 4,2%), ante R\$ 298 milhões (margem de 17,1%), ficando aquém do excepcional desempenho do ano anterior. A dívida líquida financeira, que tem características de longo prazo, cresceu em razão da política de investimentos, encerrando o ano com R\$ 160,8 milhões, (ante R\$ 673 mil), sendo R\$ 130,4 milhões (81,1%) no Longo Prazo e grau de alavancagem de 1,27x. Será submetida à deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 19 de Abril de 2022, a proposta da Administração a respeito da destinação do lucro do exercício de 2021 de R\$ 81,2 milhões; da realização do custo atribuído via depreciação de R\$ 2 milhões; da constituição da reserva legal de R\$ 0,7 milhões; da destinação de dividendos de R\$ 3,7 milhões; ratificação e homologação da distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$ 24,7 milhões sobre lucros acumulados; da constituição da reserva de retenção de lucros de R\$ 12,6 milhões, e da constituição da reserva de incentivos fiscais no valor R\$ 66,2 milhões. Para 2022, com eleições, variantes do novo coronavírus, crises diplomáticas, entre outros fatores que influenciam os custos, em especial dos principais insumos para rações, a Pamplona Alimentos S.A. continuará com suas políticas de mitigação de riscos, de compras estratégicas das principais *commodities*, a fim de sustentar o crescimento projetado de aproximadamente 5%, com a evolução dos volumes de processados, decorrente do projeto de ampliação na unidade de Rio do Sul. No mercado interno, a estratégia é buscar novas frentes de atuação no varejo, *food service* e demais parceiros, ampliando a presença da marca e incrementando as vendas. Já no mercado externo diversificará as exportações, sempre na busca das melhores oportunidades. A Administração, respeitando o meio ambiente, atenta as questões sociais e as melhores práticas de governança, segue coesa e confiante na capacidade de entrega do modelo de negócios e de sua estratégia corporativa. Assim, agradece a todos seus *stakeholders*, em especial aos colaboradores que possuem todo talento e potencial, para concretizar por mais um ano, a missão de fornecer alimentos práticos, saudáveis e seguros.

A Administração

Rio do Sul, 15 de março de 2022

pamplona.com.br





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOONA,
é Pamplona.*



Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro Em milhares de Reais

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	47.086	140.386
Contas a receber (Nota 6)	184.065	208.444
Estoques (Nota 7)	190.387	133.973
Ativos biológicos (Nota 8)	198.920	152.959
Tributos a recuperar (Nota 9)	84.183	45.620
Outros ativos	6.276	11.952
	710.917	693.334
Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 16)	7.692	7.722
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	4.406	1.244
Tributos a recuperar (Nota 9)	21.216	14.548
Ativos biológicos (Nota 8)	37.890	20.693
Outros ativos	514	173
Propriedades para investimento	3.543	4.319
Intangível	3.792	3.234
Ativos de direito de uso (Nota 11)	34.537	17.662
Imobilizado (Nota 10)	420.382	352.232
	533.972	421.827
Total do ativo	1.244.889	1.115.161
Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante		
Fornecedores (Nota 12)	203.448	191.942
Salários e encargos sociais (Nota 13)	26.640	35.736
Tributos a pagar	10.553	7.471
Comissões a pagar	4.175	3.407
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 17)	24.702	62.310
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	77.567	91.030
Passivos de arrendamento (Nota 11)	4.287	4.481
Adiantamento de Clientes	3.803	9.954
Outros passivos	10.943	14.086
	366.118	420.417
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	130.361	50.028
Provisão para contingências (Nota 16)	47.200	44.639
Passivos de arrendamento (Nota 11)	30.484	12.897
Outros passivos	5.661	5.410
	213.706	112.974
Total do passivo	579.824	533.391
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 17)	205.000	174.500
Reservas de lucro (Nota 17)	392.495	337.624
Ajuste avaliação patrimonial (Nota 17)	67.570	69.646
Total do patrimônio líquido	665.065	581.770
Total do passivo e patrimônio líquido	1.244.889	1.115.161

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOONA,
é Pamplona.*



Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Receita líquida (Nota 18)	1.934.084	1.739.675
Custo das vendas (Nota 19)	(1.672.066)	(1.230.334)
Lucro bruto	262.018	509.341
Despesas com vendas (Nota 19)	(157.856)	(125.896)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(23.205)	(26.464)
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 20)	11.633	(22.814)
Lucro operacional	92.590	334.167
Receitas financeiras (Nota 21)	26.241	42.894
Despesas financeiras (Nota 21)	(40.799)	(57.483)
Receitas (despesas) financeiras	(14.558)	(14.589)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.032	319.578
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 15)	3.164	7.222
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 15)	–	(28.771)
Lucro líquido do exercício	81.196	298.029
Lucro básico por ação do capital social (em Reais)		
Básico e diluído	223,53	848,84

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	81.196	298.029
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	81.196	298.029

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações da Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	Reservas de lucros						Resultado acumulado	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	168.390	12.042	26.699	63.240	71.708	–	342.079	
Integralização de capital	6.110	–	–	–	–	–	6.110	
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	(3.125)	3.125	–	
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	–	–	–	–	1.063	(1.063)	–	
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	298.029	298.029	
Juros sobre capital social creditado aos acionistas	–	–	–	–	–	(14.260)	(14.260)	
Dividendos	–	–	–	–	–	(50.188)	(50.188)	
Constituição de incentivos fiscais	–	–	–	40.234	–	(40.234)	–	
Constituição de reserva	–	12.890	182.519	–	–	(195.409)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	174.500	24.932	209.218	103.474	69.646	–	581.770	
Integralização de capital	30.500	–	–	–	–	–	30.500	
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	(3.145)	3.145	–	
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	–	–	–	–	1.069	(1.069)	–	
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	81.196	81.196	
Juros sobre capital social creditado aos acionistas	–	–	(24.660)	–	–	–	(24.660)	
Dividendos	–	–	–	–	–	(3.741)	(3.741)	
Constituição de incentivos fiscais	–	–	–	66.233	–	(66.233)	–	
Constituição de reserva	–	748	12.550	–	–	(13.298)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	205.000	25.680	197.108	169.707	67.570	–	665.065	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOONA,
é Pamplona.*



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e da CS	78.032	319.578
Ajustes de		
Depreciação e amortização (Notas 10 e 11)	31.135	25.965
Valor residual do ativo imobilizado baixado (Nota 10)	(185)	1.576
Provisão (reversão) para contingências	2.561	9.003
Ajuste valor justo de ativo biológico florestas	116	(102)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	11.704	18.745
Arrendamento mercantil (Nota 11)	234	(284)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	24.379	(31.370)
Estoques	(56.414)	(61.048)
Biológico	(63.274)	(53.450)
Tributos a recuperar	(45.231)	1.171
Depósitos judiciais	30	1.529
Outros ativos	5.335	(7.964)
Fornecedores	11.506	67.566
Salários e encargos sociais a pagar	(9.096)	9.535
Tributos a pagar	(364)	(871)
Adiantamento de clientes	(6.151)	6.966
Outros passivos	(2.375)	6.479
Caixa gerado nas operações	(18.058)	313.024
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(28.771)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(18.058)	284.253
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 10)	(92.144)	(51.998)
Aquisições de ativo intangível	(1.094)	(579)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(93.238)	(52.577)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos (Nota 17)	(31.810)	(9.380)
Pagamento de arrendamento mercantil (Nota 11)	(5.360)	(2.668)
Juros de empréstimos pagos (Nota 14)	(13.800)	(19.669)
Pagamento de empréstimos (Nota 14)	(119.377)	(826.230)
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	188.343	720.998
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	17.996	(136.949)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(93.300)	94.727
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	140.386	45.659
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47.086	140.386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOOONA,
é Pamplona.*



Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

Receitas	2021	2020
Vendas brutas de produtos	2.118.079	1.882.428
Outras receitas	1.888	3.296
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(94)	(413)
	2.119.873	1.885.311
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias	(1.530.853)	(1.111.546)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(127.430)	(114.077)
Valor adicionado bruto	461.590	659.688
Depreciação e amortização	(31.135)	(25.965)
Valor adicionado líquido produzido	430.455	633.723
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26.241	42.894
Outros	16	22
Valor adicionado total a distribuir	456.712	676.639
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	137.066	123.946
Pessoal - benefícios	20.611	14.452
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	41.536	84.395
Estaduais	135.269	97.010
Municipais	235	232
Juros	40.799	57.483
Aluguéis	-	1.092
Juros sobre capital próprio e dividendos	28.401	64.449
Lucros retidos	52.795	233.580
Valor adicionado distribuído	456.712	676.639

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Pamplona Alimentos S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia Br 470 - Km 150, nº 13891, Bairro Pamplona, Rio do Sul - SC, Brasil, fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização da carne suína, bovina e na fabricação de rações. Possui três plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações, duas casas de carnes, oito granjas de produção de suínos e uma unidade industrial terceirizada de abate e desossa de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina. Dispõe de dez centros de distribuição, dois nos estados de São Paulo e Paraná, e um nos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará; e um Centro de Distribuição Concentrador logístico no estado de Santa Catarina. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; e, no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona, Saudável, Rio Sul e Paraná, posiciona-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos porcionados e fatiados, ampliando a industrialização dos produtos embutidos, temperados, salgados e defumados. Vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 15 de março de 2022.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é **Pamplona**.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) **Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4 Instrumentos financeiros: (a) **Ativos financeiros não derivativos:** **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado:** Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. A administração avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de *impairment* destes ativos. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. (b) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (c) **Compensação de instrumentos financeiros não derivativos:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos financeiros	2021	2020
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	47.086	140.386
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	184.065	208.444
	231.151	348.830
Passivos financeiros	2021	2020
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	203.448	191.942
Empréstimos	207.928	141.058
Passivos de arrendamento	34.771	17.378
	446.147	350.378

2.5 Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e produtos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment*). **2.6 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, quebras, vencimento e obsolescência quando necessário, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **2.7 Propriedades para investimentos:** Representado principalmente por propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. **2.8 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos destinados a produção (suínos vivos) foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, onde o valor apurado pelo método de custeio por absorção não apresentaram variações significativas quando comparado com o seu valor justo (fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos (ativo biológico) e das vendas destes produtos nos próximos meses. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. As alterações no valor justo, quando ocorrem, são reconhecidas no resultado do exercício. **2.9 Arrendamentos:** A Companhia aluga, Centros logísticos, parque industrial de processamento de carne bovina, equipamentos e veículos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um ano a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. A administração optou por adotar a norma IFRS 16 a partir de 2020 dada a irrelevância dos valores envolvidos. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
 - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
 - o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
 - pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.
- Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:
- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, garantia, por exemplo. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; quaisquer custos diretos iniciais; e custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos, veículos e todos arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. **2.10 Intangível: (a) Marcas e patentes:** As marcas registradas e as patentes adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. **(b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a dez anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos. **2.11 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas os seus efeitos na apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Terrenos e edifícios compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os terrenos e construções em andamento não são depreciados.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETAAAA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edifícios	25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos	2 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 30 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	3 - 10 anos
Outros ativos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **2.12 Impairment de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. **2.13 Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.16 Benefícios a empregados:** O reconhecimento dessa participação, quando aplicável, é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. A Companhia não concede outros tipos de benefícios além daqueles previstos em lei, bem como plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem esquemas de remuneração baseado em ações. **2.17 Incentivos fiscais:** O incentivo governamental é reconhecido quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo concedente e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis ao benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados dedução do custeio de produção. A Companhia possui termos de acordo com o estado de Santa Catarina para apropriação de crédito presumido de ICMS nas aquisições internas de suínos para abate e nas saídas internas de produtos resultantes do abate. **2.18 Receitas:** As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. A receita operacional é reconhecida após o faturamento. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário. **(a) Vendas de produtos:** A receita da Companhia refere-se unicamente ao seu principal negócio, a comercialização de produtos derivados de suínos e bovinos. A receita está concentrada 57% no mercado nacional e 43% no mercado internacional. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (ii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iii) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. **(b) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. **2.19 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. **2.20 Ajuste a valor presente:** As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,82% a.m. (0,49% a.m. em 2020). Tal índice representa a taxa média de captação da companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 31 dias (34 dias em 2020), enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 40 dias (40 dias em 2020). O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. **2.21 Normas novas que ainda não estão em vigor:** Não há outras normas ou interpretações IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito aos títulos e valores mobiliários e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(b) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de gestão da Companhia. **i. Contas a receber de clientes e outros créditos:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **ii. Investimentos:** A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	47.086	140.386
Contas a receber de clientes	184.065	208.444
Total	231.151	348.830

iii. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre os recebíveis. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para os recebíveis a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. **(c) Risco de mercado: i. Risco com taxa de juros:** A Companhia apresenta risco de mercado relacionado a mudanças adversas nas taxas de juros. O endividamento está indexado em moeda local a taxas variáveis. O endividamento está indexado substancialmente ao CDI e a TJLP, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis. **ii. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através de balanceamento das operações entre direitos e obrigações. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a exposição cambial estava assim representada:

	2021		2020	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	2.662	14.855	5.550	28.836
Contas a receber	10.268	57.294	20.039	104.127
Adiantamento a fornecedores	5	28	2.176	11.306
Passivo				
Empréstimos	(6.507)	(36.307)	(3.036)	(15.773)
Contas a pagar	(747)	(4.168)	(1.752)	(9.102)
Adiantamentos de clientes	(191)	(1.064)	(1.581)	(8.213)
Contratos de travas cambiais	(4.500)	(25.068)	(19.500)	(101.299)
Exposição líquida	990	5.570	1.896	9.882

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de lucros. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **3.3 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos da Companhia são avaliadas e consideradas com baixo risco de volatilidade.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir: - Ativos biológicos (Nota 8); - Provisão para contingências (Nota 16).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	317	161
Bancos	3.823	3.633
Caixa e bancos - Moeda estrangeira	14.855	28.836
Aplicações financeiras - Renda fixa - CDB	28.091	107.756
	47.086	140.386

As aplicações financeiras estão depositadas em certificado de depósito bancário (CDB) com rendimentos entre 87% a 101% da variação do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Caixa e bancos em moeda estrangeira referem-se as cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais. A Companhia mantém estas aplicações em instituições financeiras renomadas e, em 31 de dezembro de 2021, não identificou nenhuma perda de valor recuperável (*impairment*).

6. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
No país	127.777	105.230
No exterior	57.294	104.127
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.006)	(913)
	184.065	208.444

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui recebíveis (duplicatas) em garantia para financiamentos no montante de R\$ 4.815. A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2021	2020
A vencer	178.661	202.973
Vencidos há 30 dias	5.709	5.806
Vencidos de 31 a 60 dias	166	233
Vencidos de 61 a 90 dias	172	73
Vencidos de 91 a 180 dias	201	111
Vencidos a mais de 180 dias	162	161
	185.071	209.357
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.006)	(913)
	184.065	208.444

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	(913)	(499)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(591)	(1.068)
(-) Valores revertidos da provisão	498	654
Em 31 de dezembro	(1.006)	(913)



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOOONA,
é Pamplona.*



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. ESTOQUES

	2021	2020
Produtos acabados	113.279	79.437
Produtos em elaboração	14.387	11.431
Matérias-primas	47.085	27.956
Materiais secundários	14.315	13.393
Almoxarifado	5.087	4.231
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido	(3.766)	(2.475)
	190.387	133.973

Os estoques encontram-se livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravames. A provisão sobre os estoques é constituída quando: i) o valor líquido de realização dos estoques é menor que o seu custo; e/ou ii) após avaliação técnica; e/ou iii) após a consideração de valor líquido de realização ao menor custo, é movimentada a provisão/reversão ocorrida do menor custo ou mercado.

Movimentação da provisão para estoques:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	(2.475)	(1.192)
Constituição de provisão no exercício	(1.291)	(1.283)
Em 31 de dezembro	(3.766)	(2.475)

8. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custeio por absorção). As florestas foram reconhecidas ao valor justo.

	2021	2020
Suínos vivos	234.315	171.699
Bovinos vivos	854	187
Florestas	33	41
Ajuste do valor justo do ativo biológico florestas	1.608	1.725
	236.810	173.652

O aumento de suínos vivos, deve-se pelo aumento de plantel de suínos para abate e de matrizes e reprodutores, e pela elevação dos custos das principais matérias-primas nos custos de produção. Foram classificados no ativo não circulante os ativos biológicos relativos as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e os reflorestamentos. A movimentação dos ativos biológicos é conforme segue:

	Suínos vivos	Bovinos vivos	Florestas	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	118.133	303	1.664	120.100
Adições	799.665	117	102	799.884
Baixas para produção	(746.099)	(233)	-	(746.332)
Saldo contábil, líquido	171.699	187	1.766	173.652
Ativo circulante	152.772	187	-	152.959
Ativo não circulante	18.927	-	1.766	20.693
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	171.699	187	1.766	173.652
Saldo inicial	171.699	187	1.766	173.652
Adições	1.239.323	758	-	1.240.081
Baixas para produção	(1.176.707)	(91)	(125)	(1.176.923)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	234.315	854	1.641	236.810
Ativo circulante	198.066	854	-	198.920
Ativo não circulante	36.249	-	1.641	37.890
	234.315	854	1.641	236.810



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para a mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2020
ICMS	46.409	35.096
COFINS	23.837	12.519
PIS	5.700	3.260
Antecipações de IRPJ	23.759	7.632
Antecipações de CSLL	5.690	–
Crédito judicial IRPJ/CSLL	–	1.658
Outros	4	3
	105.399	60.168
Circulante	84.183	45.620
Não circulante	21.216	14.548

ICMS: A Companhia acumula créditos de ICMS em razão da representatividade das exportações na sua operação. Houve aumento, no acúmulo de créditos, motivado principalmente pelo: aumento do preço médio nas aquisições de grãos de outros estados; crescimento das aquisições de suíno vivo para abate em terceiros; deferimento do pedido de regime especial para apropriação do crédito presumido sobre as aquisições de suínos destinados ao abate em terceiros e nas saídas internas dos produtos resultantes destes abates; e aumento da alíquota de ICMS de 6% para 12% nas aquisições de suínos vivos do estado do Rio Grande do Sul.

PIS e COFINS: São procedentes de créditos das compras de insumos empregados na produção de produtos destinados à exportação e pelas saídas com alíquota zero. Houve aumento no acúmulo de créditos, motivado principalmente pelas aquisições de ativos imobilizados para as obras em andamento de ampliação das unidades produtivas, aumento das matérias-primas e pela habilitação do crédito oriundo do ganho da ação judicial relacionada a exclusão do ICMS da base de cálculo sobre as vendas. A redução dos saldos credores está ocorrendo gradualmente através das compensações com as contribuições previdenciárias e tributos federais.

Antecipações de IRPJ e CSLL: O acréscimo do valor refere-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações do imposto de renda e contribuição social, o reconhecimento da correção pela SELIC dos pedidos de restituição de saldos negativos de anos anteriores, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição. Os valores de impostos a recuperar, possuem expectativas de realização no exercício de 2022. Os valores de tributos a recuperar, cujas expectativas de realização ultrapassam doze meses, são reconhecidos como ativo não circulante.

10. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifi- cações	Máquinas e equipa- mentos	Móveis e utensílios	Insta- lações	Veí- culos	Equipa- mentos de infor- mática	Obras em andamento e adianta- mentos	Total
Movimentação custo									
Em 31 de dezembro de 2019	101.124	136.648	159.712	3.321	35.937	458	6.870	4.419	448.489
Adições	884	244	13.102	540	508	208	1.075	35.437	51.998
Transferência	–	1.860	1.987	14	3.298	–	–	(7.159)	–
Baixas	–	–	(3.175)	(64)	(7)	(216)	(1.530)	(10)	(5.002)
Em 31 de dezembro de 2020	102.008	138.752	171.626	3.811	39.736	450	6.415	32.687	495.485
Adições	5.930	417	24.340	436	339	–	1.810	58.872	92.144
Transferência	–	6.063	4.806	–	5.176	–	–	(16.045)	–
Baixas	–	(12)	(2.670)	(103)	(7)	(62)	(423)	(36)	(3.313)
Em 31 de dezembro de 2021	107.938	145.220	198.102	4.144	45.244	388	7.802	75.478	584.316
Movimentação depreciação									
Em 31 de dezembro de 2019	–	45.636	58.414	2.197	12.821	237	4.545	–	123.850
Depreciação do exercício	–	6.299	12.836	230	2.706	35	744	–	22.850
Baixa	–	–	(2.814)	(56)	(3)	(121)	(453)	–	(3.447)
Em 31 de dezembro de 2020	–	51.935	68.436	2.371	15.524	151	4.836	–	143.253
Depreciação do exercício	–	5.640	14.274	309	2.934	39	636	–	23.832
Baixa	–	(11)	(2.603)	(94)	(6)	(22)	(415)	–	(3.151)
Em 31 de dezembro de 2021	–	57.564	80.107	2.586	18.452	168	5.057	–	163.934
Saldo do imobilizado									
Em 31 de dezembro de 2020	102.008	86.817	103.190	1.440	24.212	299	1.579	32.687	352.232
Em 31 de dezembro de 2021	107.938	87.656	117.995	1.558	26.792	220	2.745	75.478	420.382
Taxa de depreciação		3,3% a 4%	2,5% a 50%	10%	3,3% a 10%	20%	20%		

As obras em andamento e adiantamentos referem-se, na sua maioria, no início da expansão fabril da unidade de Presidente Getúlio e de Rio do Sul. **(a) Outras informações:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía o montante de R\$ 188.548 (R\$ 167.195 em 2020) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e terrenos, dados em garantias de financiamentos.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOOONA,
é Pamplona.*



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A Companhia aluga centros de destruição, parque industrial de abate de bovino, veículos, máquinas e equipamentos, sendo os prazos de 1 a 10 anos, com opções de renovação.

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

	2021	2020
Ativos de direito de uso		
Imóveis operacionais	34.537	17.662
	34.537	17.662
Passivos de arrendamento		
Circulante	4.287	4.481
Não circulante	30.484	12.897
	34.771	17.378
Impacto no resultado do exercício	234	(284)

A Companhia estimou a taxa de desconto de 6,0% a 8,8%, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos: **(b) Ativos de direito de uso:** As movimentações dos saldos dos ativos de direito de uso são apresentadas no quadro abaixo:

	1º de janeiro de 2020			31 de dezembro de 2020
	Adições	Baixas	Depreciação	
Edificações	– 10.514	–	(1.136)	9.378
Veículos	– 1.033	–	(695)	338
Máquinas e equipamentos	– 7.357	–	(484)	6.873
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	– 1.142	–	(69)	1.073
	– 20.046	–	(2.384)	17.662

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021	
	Adições	Baixas	Depreciação		
Edificações	9.378	23.283	(8.829)	(2.574)	21.258
Veículos	338	–	–	(265)	73
Máquinas e equipamentos	6.873	7.971	–	(2.517)	12.327
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	1.073	154	–	(348)	879
	17.662	31.408	(8.829)	(5.704)	34.537

(c) Passivos de arrendamento: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	17.378	–
Juros pagos	(1.752)	(349)
Baixa de contratos	(8.655)	–
Adição por novos contratos	31.408	20.046
Pagamentos de principal	(3.608)	(2.319)
Saldo em 31 de dezembro	34.771	17.378

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas, conforme maturidade dos contratos:

Vencimento das prestações	2021	2020
Menos de 1 ano	4.287	4.481
2 anos	6.647	3.899
3 anos	6.731	3.596
4 anos	6.034	3.596
5 anos	3.095	1.806
6 a 10 anos	7.977	–
Saldo em 31 de dezembro	34.771	17.378



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores de matéria-prima - Mercado interno	194.314	172.924
Fornecedores de matéria-prima - Mercado externo	4.041	9.101
Fornecedores de imobilizado - Mercado interno	4.966	9.917
Fornecedores de imobilizado - Mercado externo	127	-
	203.448	191.942

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2021	2020
Salários a pagar	8.870	7.081
Provisão e encargos de férias	14.234	11.977
Provisão participação nos resultados	-	13.718
Encargos sociais	3.536	2.960
	26.640	35.736

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2021	2020
Capital de Giro	7,65% a.a.	2021	R\$	-	5.191
	4,20% a 4,55% a.a.	2021	R\$	-	40.619
	3,90% a 4,65% a.a. + variação cambial	2021	US\$	-	15.773
	3,04% a 3,99% a.a. + CDI	2022	R\$	5.480	16.240
	2,50% a 2,66% a.a. + variação cambial	2022	US\$	36.307	-
	3,74% a.a. + CDI	2024	R\$	7.513	9.896
	6,64% a.a. + IPCA	2024	R\$	7.831	10.435
	2,44% a 2,67% a.a. + CDI	2026	R\$	117.669	-
Investimentos	9,50% a.a.	2023	R\$	401	641
	3,48% a 4,83% a.a. + TJLP	2024	R\$	3.091	4.491
	6,57% a 6,72% a.a. + cesta de moedas	2024	R\$	4.474	5.954
	3,50% a.a.	2024	R\$	2.681	3.967
	6,00% a.a.	2024	R\$	6.555	9.581
	3,74% a.a. + CDI	2024	R\$	423	557
	3,00% a 5,00% a.a. + TJLP	2027	R\$	7.859	9.378
	6,33% a.a. + IPCA	2030	R\$	7.644	8.335
				207.928	141.058
	Parcelas circulante			77.567	91.030
Parcelas não circulante			130.361	50.028	

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2023	44.430
2024	34.994
2025	27.616
2026	20.081
2027 - 2030	3.240
	130.361

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	141.058	247.214
Captações	188.343	720.998
Juros provisionados	11.704	18.745
(-) Amortizações	(119.377)	(826.230)
(-) Juros pagos	(13.800)	(19.669)
Em 31 de dezembro	207.928	141.058

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis. Os contratos de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2021, não possuem cláusulas do tipo "debt covenants" que requerem a manutenção de determinados índices econômicos financeiros.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETÃOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

(a) Composição do saldo:	2021	2020
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	342	310
Provisão para contingências	19.173	18.622
Provisão para comissões	996	755
Provisão variação cambial passiva	–	81
Prejuízos fiscais do imposto de renda	21.108	17.303
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	7.611	5.954
Provisão para participação do resultado	–	3.576
Outras diferenças temporárias	6.699	6.599
	55.929	53.200
Passivo	2021	2020
Custo atribuído	(34.809)	(35.878)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(547)	(586)
Ajuste a valor justo de investimentos	(704)	(704)
Provisão sobre reavaliação	(7.162)	(7.379)
Ajuste depreciação fiscal e societária	(6.813)	(6.051)
Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado	(1.001)	(1.042)
Provisão para variação cambial ativa	(74)	–
Outras diferenças temporárias	(413)	(316)
	(51.523)	(51.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	4.406	1.244

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2021 são:

2022	26.611
2023	777
2024	1.390
2025	2.698
2026 - 2029	24.453
	55.929

(b) Reconciliação da alíquota de imposto de renda e da contribuição social:

	2021	2020
Resultado antes dos impostos	78.032	319.578
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(26.531)	(108.657)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(1.213)	(4.616)
Exclusões de incentivos fiscais	22.519	16.847
Receitas não tributáveis	5	7
Juros sobre o capital próprio	8.384	4.848
Ganho IRPJ e CSLL judicialmente	–	70.022
Imposto de renda e contribuição social	3.164	(21.549)
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(28.771)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.164	7.222
	3.164	(21.549)
Alíquota efetiva	-4%	7%

Anualmente, a Administração reavalia o resultado efetivo dos planos de negócios da Companhia e sua capacidade de geração de lucros tributáveis futuros e, conseqüentemente, revisa a capacidade de realização e registro contábil desses créditos tributáveis.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos fiscais, cíveis e trabalhistas foram avaliados pela administração da Companhia, baseados na opinião dos consultores jurídicos. Nos casos em que há expectativas prováveis de perdas, foram constituídas as correspondentes provisões para contingências. As movimentações das provisões em 2021 estão apresentadas a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2021	2020	2021	2020
Tributárias	7.024	7.249	26.477	29.282
Cíveis	–	–	2.180	1.741
Trabalhistas	668	473	18.543	13.616
Total	7.692	7.722	47.200	44.639

As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2020 e de 2021 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.499	26.506	631	35.636
Adições	5.777	3.076	1.110	9.963
Baixas	(660)	(300)	–	(960)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.616	29.282	1.741	44.639
Adições	6.365	412	439	7.216
Baixas	(1.438)	(3.217)	–	(4.655)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.543	26.477	2.180	47.200

(a) Perdas possíveis não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída no montante total estimado de R\$ 68.860 (R\$ 60.730 em 2020).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 está representado por 372.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 20 de abril de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 30.500 com aumento de 18.300 ações ordinárias, as quais foram totalmente integralizadas, e, o capital social passou de R\$ 174.500 para R\$ 205.000. **(b) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1º de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2021 houve um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 3.145, com a realização do imposto de renda e contribuição social no valor R\$ 1.069, sendo R\$ 2.076 o valor líquido de realização, restando um saldo de R\$ 67.570. **(c) Reservas de lucros: i. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída em 31 de dezembro de 2021, em consonância à norma legal, o montante de R\$ 748 sendo que o valor total, nesta data, totaliza R\$ 25.680. **ii. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2021, o montante constituído como reserva de retenção de lucros de R\$ 12.550 destina-se para investimentos, conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2022 e reforço do capital de giro. O Conselho de Administração, deliberou e aprovou os créditos semestrais de juros sobre capital próprio com base nos lucros acumulados no total de R\$ 24.660. O valor total da reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 197.108. **iii. Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se aos montantes apurados de créditos presumidos de ICMS que foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL no ano de 2021 com valor de R\$ 66.233, totalizando R\$ 169.707. A Companhia mantém ação judicial que questiona a obrigatoriedade desta reserva e, caso obtiver êxito, ela poderá ser revertida. **(d) Dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido. Os dividendos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício de 2021 foram de R\$ 3.741 (R\$ 50.188 em 2020). O Conselho de Administração, nas datas de 15/06/2021 (Ata nº 270) e 17/11/2021 (Ata nº 279) deliberou e aprovou os créditos semestrais de juros sobre capital próprio. De acordo com a Lei nº 9.249/95, em 2021, a Companhia calculou e creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 24.660, sendo que o valor líquido de IRRF foi de R\$ 20.961 (R\$ 14.260 em 2020, líquido de IRRF R\$ 12.121), contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, aos quais não foram imputados aos dividendos. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta resultado acumulados no patrimônio líquido.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOOONA,
é Pamplona.*



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. RECEITA LÍQUIDA

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Venda mercado externo	935.579	977.006
Venda mercado interno	1.220.555	928.742
	2.156.134	1.905.748
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(187.569)	(145.463)
Devoluções	(27.219)	(16.185)
Ajuste a valor presente	(7.262)	(4.425)
	1.934.084	1.739.675

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	2021	2020
Classificação por natureza		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	1.379.559	1.006.275
Pessoal	134.990	118.774
Logística	101.497	76.871
Serviços de terceiros	53.766	32.073
Marketing e propaganda	36.148	29.390
Depreciações e amortizações	31.135	25.965
Encargos trabalhistas	27.106	21.710
Energia	21.323	17.845
Manutenção	18.888	15.363
Comissões	18.881	15.112
Outras despesas	29.834	23.316
	1.853.127	1.382.694
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	1.672.066	1.230.334
Vendas	157.856	125.896
Administrativas e gerais	23.205	26.464
	1.853.127	1.382.694

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2021	2020
Receitas		
Créditos extemporâneos de tributos	19.968	5.905
Indenizações de seguros	298	1.637
Venda de sucatas	929	488
Outras receitas	677	1.170
	21.872	9.200
Despesas		
Despesas tributárias	(4.565)	(3.220)
Provisões contingenciais	(5.007)	(13.575)
Doações incentivadas pelo IRPJ	-	(2.150)
Provisão para participação nos resultados	(555)	(13.001)
Indenizações	(112)	(68)
	(10.239)	(32.014)
	11.633	(22.814)



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOONA,
é Pamplona.*



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Receitas financeiras	2021	2020
Juros ativos	13.133	19.729
Variações cambiais ativas	12.502	22.728
Outros	606	437
	26.241	42.894
Despesas financeiras		
Juros passivos	(27.660)	(27.101)
Variações cambiais passivas	(11.955)	(29.281)
Outros	(1.184)	(1.101)
	(40.799)	(57.483)
	(14.558)	(14.589)

22. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, segundo a avaliação de consultores de seguros da Companhia.

Ramos	Importâncias seguradas
Seguro patrimonial	508.624
Seguro de carga nacional/internacional	3.000
Veículos (Danos Materiais/Danos Corporais)	133.400
Responsabilidade civil	50.000
Total	695.024

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona
Presidente
Elvio de Oliveira Flores
Vice-Presidente

Edina Pamplona
Conselheira
Osmar Peters
Conselheiro
Guilherme de Borba Pamplona
Conselheiro

Marcelo Lima Tonini
Conselheiro
Wagner Augusto Illitch Bauer
Conselheiro

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters
Diretora Presidente
Júlio César Franzói
Diretor Comercial Mercado Externo
Valdecir Pamplona Junior
Diretor de Expansão
a novos negócios

Sérgio Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro
Adilor Ascari Bussolo
Diretor Industrial
Maria Daurete Pamplona Rizzi
Diretora de Logística

Edival Justen
Diretor de Suprimentos e Fomento
Cleiton Pamplona Peters
Diretor Comercial Mercado Interno

Contador

Élvis Justen
CRC - SC - 028194/O-3



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOOONA,
é Pamplona.*



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Pamplona Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Para mesa ficar **COMPLETOONA**,
é Pamplona.



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 15 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador - CRC 1SP236051/O-7





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

*Para mesa ficar COMPLETOOONA,
é Pamplona.*



Unidades

Unidades Industriais

Matriz

Rod. BR-470, KM 150, nº 13891 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115
CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC Telefone: (47) 3352-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Chapecó - SC

Rod. SC 283, KM 8, Sala 302, 3º pavimento Bairro Interior
CEP 89.801-300 - Chapecó - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0038-70 - CCICMS-SC. Nº 260.352.993

Laurentino - SC

Rod. SC-350, nº 4370 - Prédio 02 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3426
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Casas de Carne

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, KM 150, nº 13891 - Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Itajaí - SC

Rua Blumenau, nº 895 - Bairro São João
CEP 88305-101 - Itajaí - SC
Telefone: (47) 3346-7330 ou 3366-6774
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Filiais de Distribuição

Apucarana - PR

Rod. BR-376, S/N, KM 252 Bloco A Sala 04 - Bairro: Parque Industrial Zona Oeste II
CEP 86800-762 - Apucarana - PR
CNPJ Nº 85.782.878/0041-76 - CCICMS-PR. Nº 90891260-85

Fortaleza - CE

Rua Marlene Farias Filgueiras, nº 2200, Sala-M - Bairro Pedras
CEP 60874-430 - Fortaleza - CE
CNPJ Nº 85.782.878/0044-19 - CCICMS-CE. Nº 07.040965-0

Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus
CEP 88508-190 - Lages - SC
Telefone: (49) 3223-3599
CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

São José dos Pinhais - PR

Rod. BR-277, KM 66, nº 11696 - Sala 04 - Bairro Borda do Campo
CEP 83075-000 - São José dos Pinhais - PR
Telefone: (41) 2104-8419
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Ribeirão Preto II - SP

Rua Franca, 2020 - Sala 02 - Bairro Vila Elisa
CEP 14.075-490 - Ribeirão Preto - SP
Telefone: (19) 3321-2111
CNPJ Nº 85.782.878/0008-55 - CCICMS-SP. Nº 797.530.831.118

Barueri II - SP

Av. Prefeito João Vilalobbo Quero, nº 1505 - G 01 - Sala 01 - Bairro Jardim Belval
CEP 06422-122 - Barueri - SP
CNPJ Nº 85.782.878/0014-01 - CCICMS-SP. Nº 206.454.654.110

Rio Bonito - RJ

Rua Arthur Antunes Quintanilha, nº 99 - Bloco 02 - Bairro Rio do Ouro
CEP 28800-000 - Rio Bonito - RJ
Telefone: (21) 2734-1133
CNPJ Nº 85.782.878/0010-70 - CCICMS-RJ. Nº 86.629.488

Pouso Alegre - MG

Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 4160 - Sala 101 - Bairro Paraíso
CEP 37560-060 - Pouso Alegre - MG
Telefone: (35) 3423-9969
CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

Simões Filho - BA

Via de Penetração II, nº 938 - Sala 14 - Bairro Cia Sul
CEP 43700-000 - Simões Filho - BA
CNPJ Nº 85.782.878/0023-94 - CCICMS-BA. Nº 127.620.480

Portão - RS

Rua Julio de Castilho, nº 1777 - Bairro Portão Velho
CEP 93180-000 - Portão - RS
CNPJ Nº 85.782.878/0036-09 - CCICMS-RS. Nº 213/0045507

Camboriú - SC

Rod. BR 101, KM 131, Galpão C4 C5 e C6 - Bairro Varzea do Ranquinho
CEP 88349-175 - Camboriú - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0039-51 - CCICMS-SC. Nº 260468614

Filiais de Agropecuária

Rio do Sul - SC

Granja Santana

Estrada Cab. Rib. Itoupava, nº 915 - Bairro Valada
CEP 89169-899 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 99144-3623
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Laurentino - SC

Granja Amoadó

Comunidade Baixo Amoadó, nº 524
Baixo Amoadó, CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3546-1033
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Laurentino - SC

Fomento

Rod. SC 350, nº 4370 - Prédio 01 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3182
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 99145-6781
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche

Localidade de Pouso de Caixa, S/Nº,
Unidade II
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 99145-6781
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos

Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (49) 99151-8599
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes

Estrada Geral, s/nº - Bairro Águas Verdes
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 98822-5382
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Ituporanga - SC

Granja Rio Novo

Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
CEP 88400-000 - Ituporanga - SC
Telefone: (47) 99249-7190
CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 252.003.870



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115